

UM MOVIMENTO POPULAR CHAMADO FREVO

Claudia Lima*

No século XIX, as transformações das festividades carnavalescas acontecem de forma lenta. Durante o Império, em meados desse século, o carnaval sofre uma ruptura fundamental, o divertimento público é privatizado por clubes, que organizam para seus sócios “bailes carnavalescos” para divertimento, exclusivo, da elite, em oposição ao “entrudo”, coisa de gatinha, evento de rua, alvo da repressão policial.

Seguindo o novo modelo de carnaval veneziano das máscaras e figuras da *commedia dell'arte* italiana de Pierrôs, Arlequins, Colombinas e dominós de seda, o carnaval de rua da burguesia, no Brasil, passa a ser o “corso”, desfile de carros abertos, batalhas de flores, seguindo os moldes de Paris.

O carnaval, até então, uma brincadeira pública, passa a ter entrada paga e desfile de rua elitista, incorporando à festividade nacional a civilidade européia das festas fechadas dos salões. O *Jornal do Comércio* de 4 de fevereiro de 1856, anuncia que a elite paulista também havia aderido ao “carnaval veneziano”, repudiando o “entrudo moleque”.

Também em 1856, houve a proibição aos capoeiristas pelo governo da província de Pernambuco, na mesma época em que as limas-de-cheiro e os entrudos. No Rio de Janeiro também os capoeiras eram alvo dessas proibições. No entanto, durante o Império e início da República, os capoeiras costumavam aliar-se a pessoas influentes e ricas, sobretudo, a

políticos e chefes de partidos que lhes ofereciam proteção em troca de serviços como capangas.

No Recife, particularmente, desde a metade do século XIX, as rivalidades dos partidos de capoeiras costumavam se manifestar no extremado partidarismo pelas bandas de músicas existente na cidade. Os capoeiristas adotavam uma banda marcial como de sua preferência e consideravam adversárias todas as outras. Costumavam sair à frente, abrindo passagem, pulando, saltando, dando pernadas. Essas disputas e confrontos entre os capoeiras que apoiavam determinadas bandas de música militar, foram rigorosamente reprimidos pela polícia.

Na passagem da Abolição, em 1888, para o carnaval de 1889, uma nova gama de atores é inserida no carnaval de rua. Engrossando a massa dos excluídos urbanos, os ex-escravos migraram das fazendas e engenhos, para o centro das cidades em busca de novas oportunidades e, principalmente, de forma mais acentuada, para as atividades portuárias, no caso das capitais do litoral, tendo como exemplos: Recife, Salvador e Rio de Janeiro

Nesse contexto, uma população majoritariamente analfabeta, inicia uma nova ordem cultural na trajetória da sociedade brasileira. Ao final do século XIX, com o advento da República, inicia-se um período de intensas e rápidas mudanças. De um lado a elite dirigente empenhada em modelar e controlar a massa popular e, do outro, grupos de pessoas que se viram forçados a mudar, ajustar e reajustar seus modos de vida e valores, sucessivas vezes.

O contraste da diversidade étnica envolve uma problemática aguda, pois sendo o negro considerado um ser a-histórico, também suas manifestações, seus padrões de organização e suas tradições, não faziam parte do passado do país, por conseguinte, fora dos registros históricos ou percebidos por um viés preconceituoso.

Difícil é superar a barreira imposta pelos cronistas e pesquisadores, que não percebiam a amplitude da pluralidade formadora das classes populares, suas experiências

através da convivência com outros seguimentos étnicos e sociais, amalgamando crenças e tradições culturais, implicando em adaptações e reestruturações.

Na dinâmica dos fenômenos culturais permanecem aqueles que detiveram e imprimiram seus símbolos. Tais grupos externaram concretamente suas marcas e, mesmo sendo o aparato dos registros restritos as crônicas policiais e as crônicas de insensíveis jornalistas, pode ser constatado que a superação foi o instrumento de liga para a “malta barulhenta” do carnaval.

Assim, o carnaval de rua do Recife é reescrito e definido por estas classes populares. O que não pode ficar a margem dessa história é o papel desse “movimento social de liberação”, em relação ao carnaval de Pernambuco.

Romancear a história do frevo em datas estanques, é, no mínimo, maquiar a verdade. Diferente da quase unanimidade dos estudos sobre este fenômeno popular denominado “frevo”, sua criação é fruto de um processo que é iniciado através das bandas marciais, comuns nos festejos públicos e religiosos de todo o Brasil. Em meados do século XIX, quando da proibição dos capoeiras à frente das bandas marciais, as agremiações carnavalescas populares, foi o espaço que abrigou esse grupo popular. Entretanto, os mesmos músicos que compunham as bandas marciais, também faziam parte das “fanfarras” que acompanhavam as agremiações carnavalescas populares como os Clubes Pedestres. Assim, em decorrência desse processo de migração dos capoeiras das bandas marciais para os Clubes Pedestres, acontece o nascimento de um conjunto coreográfico e rítmico que desse suporte as manobras dos capoeiras, que também seguiam a frente dessas agremiações, na guarda de seus símbolos, como o estandarte. Esse novo composto musical foi trabalhado e perpetuado pelos Clubes Pedestres, principalmente, depois de 1888, com o aumento da massa popular

Por volta de 1880, os Clubes Carnavalescos Pedestres passa a ter maior destaque no cenário do carnaval de rua do Recife. Os Clubes Pedestres, oriundos da classe trabalhadora urbana pobre e remediada. Esses grupos, inicialmente, são originados nas organizações

religiosas e profissionais, daí suas denominações remeterem as suas ocupações cotidianas como: espanadores, vassourinhas, caiadores, etc.

Naquele momento, a questão social do país e, em particular no Recife, passa a ser retratada nos festejos carnavalescos de forma flagrante quando da ocupação das ruas do Recife pelos Clubes Carnavalescos Pedestres, representantes das classes populares e dos Clubes de Alegorias e Críticas das Sociedades Carnavalescas, constituídos pela burguesia.

Esse movimento popular que, mais tarde é denominado “frevô”, em seus primórdios é perseguido violentamente, no intuito de restabelecer a ordem preestabelecida pela elite vigente.

A sociedade pernambucana, ao final do século XIX, basicamente, é definida em duas categorias. As classes populares, formadas por trabalhadores que, efetivamente, pegavam no pesado, exercendo funções que a burguesia não se submetia. Eram os trabalhadores de lojas, fábricas, boticas, oficinas, tipografias, carvoarias, vendedores ambulantes, artistas e artesãos, entre muitos e, um grande percentual de pessoas sem ocupação definida.

As classes conservadoras eram formadas por grandes comerciantes, latifundiários, proprietários de bancos e indústrias. Existindo, ainda, os profissionais liberais, médicos, comerciantes e funcionários públicos, que faziam parte, como um apêndice necessário, dessa elite e, que, mais tarde, vem formar a classe média.

Os Clubes de Alegorias e Críticas, composto pela elite e oriundos das Mascaradas, levavam às ruas finos e elegantes figurinos, retratando fatos recentes ocorridos no cotidiano da cidade, principalmente, na esfera política. Eram custeados pelos comerciantes e seus préstimos tinham um alto custo.

Na passagem para o século XX, os Clubes de Alegoria e Críticas tem sua derrocada instituída. O surgimento de um novo clube dessa categoria burguesa era motivo de novo alento ao carnaval da elite. O projeto de um novo modelo de carnaval baseado em Veneza,

Paris e Nice, mostrava sinais de falência. O *Jornal do Recife*, em 18 de fevereiro de 1900, registra que o carnaval, ano a ano, encaminhava-se para a morte.

O carnaval civilizado teve como principal ponto da sua decadência, o descaso com que os grandes comerciantes locais passaram a tratar tais Clubes de Alegoria e Críticas, retirando a ajuda financeira que costumavam doar, como também, a recusa da decoração das principais ruas da cidade.

Um outro fato que corroborou para o fracasso do carnaval de rua da burguesia, diz respeito ao seu modelo de carnaval, no qual, o projeto de carnaval civilizado pressupunha o monopólio e o controle da festividade pelas classes dominantes. Aos dominados restava o papel de espectador. Entretanto, os planos da burguesia não foi compartilhado pela grande maioria da população que se mobilizava em grupos e organizava-se em formas próprias de divertimento para serem vivenciados publicamente.

Ao contrário do carnaval burguês que oscilava a cada ano de acordo com a crise econômico-financeira dos seus patrocinadores, o carnaval popular ia conquistando as ruas e tomando toda a cidade.

Enquanto o extrato da elite desfilava no carnaval costumes diferentes dos nacionais, buscando representações em culturas de outros países e, retratando suas insatisfações em encenações dramáticas, a massa popular reagia à polícia, extremamente violenta e arbitrária. Essa situação de dispersão dos Clubes Carnavalescos Pedestres, por ordem das autoridades, permaneceu, até 1904, quando a polícia procurou modificar o tratamento.

No entanto, as rixas e rivalidades entre as agremiações populares herdaram os antigos confrontos das bandas marciais. As bandas marciais foram proibidas de executar músicas para promover esses movimentos, estando sujeitas a sérias conseqüências.

Identificado como subversivos pelas autoridades, esse movimento popular que passou a fazer parte do carnaval de Pernambuco, tinha em seu quadro elencado os mesmos

músicos das bandas militares, que proibidos de executar a “marcha pernambucana” nas apresentações das bandas nas corporações, saíam com os mesmos instrumentos, vestidos com fantasias, no lugar da farda, acompanhando os Clubes Carnavalescos Pedestres. Afinal, os componentes das bandas marciais, também, faziam parte das camadas populares da sociedade pernambucana.

Em fim, o movimento popular que culmina com a denominação de frevo, nasce da realidade dos conflitos sociais das ruas do Recife, ao longo do século XIX. Suas origens remetem as lutas e resistências. Os pernambucanos que reivindicavam a libertação dos escravos, a expulsão dos portugueses e a Proclamação da República, foram os mesmos atores sociais, que propiciaram o surgimento do “FREVO”.

*Claudia Lima: é graduada em Comunicação Social, com Especialização em História do Brasil Mestrado em Gestão de Políticas Públicas pela Fundação Joaquim Nabuco, é também etnógrafa, folclorista, africanista, escritora e pesquisadora. Pernambucana, nascida no Recife em 26 de outubro de 1957, tem como hobby a fotografia e a modelagem em argila. Recebeu em 1997, da Prefeitura da Cidade do Recife, o título de "História Viva do Recife", pela contribuição literária ao resgatar aspectos do folclore pernambucano. Em 2006, Claudia Lima completa 10 anos da sua primeira publicação com a revista “História do Carnaval”, e o livro paradigmático “Um sonho de folião”. As revistas do carnaval se seguiram até o ano de 2001. Em 1997, publicou também as revistas “História Junina” e “História do Folclore”. Em 1999, lançou o livro “Tachos e Panelas: historiografia da alimentação brasileira”, comparado as grandes obras de estudos alimentares e da comensalidade de Gilberto Freyre e Luís da Câmara Cascudo. No ano de 2001, congregou as pesquisas sobre o carnaval no livro “Evoé: história do carnaval - da mitologia ao trio elétrico”. No ano do décimo aniversário de sua primeira publicação, Claudia Lima reúne todas as suas pesquisas, artigos, estudos e ensaios em sua home-page: www.claudialima.com.br, na qual busca interagir com o leitor e oferecer também 6 músicas e letras de carnaval, um vocabulário carnavalesco, fotos e vídeos, além de textos em português e inglês.